

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

# **Pesquisa agropecuária para agricultura familiar: o difícil ajuste de um débito.**

Helenira Ellery Marinho Vasconcelos.

Cita:

Helenira Ellery Marinho Vasconcelos (2009). *Pesquisa agropecuária para agricultura familiar: o difícil ajuste de um débito*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/391>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

# **Pesquisa agropecuária para agricultura familiar: o difícil ajuste de um débito**

*Helenira Ellery Marinho Vasconcelos<sup>1</sup>*

**Palavras-chave:** agricultura familiar, ciência, desenvolvimento rural.

## **APRESENTAÇÃO**

O presente texto traz um olhar retrospectivo sobre a pesquisa que realizei em minha dissertação de mestrado<sup>2</sup>, na qual analisava a trajetória das políticas de ciência e tecnologia voltadas para modernização de tradicionais sistemas de produção da agricultura familiar do Nordeste. Reconstruo a narrativa para atualizá-la, incorporando as modificações porque passaram esta temática, nos últimos doze anos.

A idéia de reconstrução deste trabalho orienta-se na perspectiva de um ensaio-discussão. Seguindo um percurso metodológico demarcado desse ponto de vista, recorri, além de notícias da imprensa e de variados documentos da Embrapa a diversas fontes - formais e informais - examinando rotinas

---

<sup>1</sup> Pesquisadora da Embrapa Agroindústria Tropical. Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Ceará, UFC. [helenira@cnpat.embrapa.br](mailto:helenira@cnpat.embrapa.br)

<sup>2</sup> VASCONCELOS, H. E. M. Produção familiar no Nordeste: definições e redefinições nas propostas do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária – SNPA. Rio de Janeiro: UFRRJ. 1997. Dissertação de Mestrado.

do meu campo de trabalho, na perspectiva de realização de uma observação participante. De um ponto de vista mais organizacional, a reflexão se inicia colocando pontos do atual debate sobre agricultura familiar como categoria analítica e como objeto de políticas governamentais.

Os itens subseqüentes obedecem mais a reorientações de políticas governamentais que a períodos cronológicos rígidos. Assim, o primeiro momento marca o período que a Embrapa define uma prioridade para as unidades de produção familiar do Nordeste. As duas últimas traduzem debates que consagram e secularizam prioridades de pesquisa para a agricultura familiar, cujos limites divisórios se associam, por assim dizer, a diferentes orientações governamentais. Na primeira, no Governo FHC, que institui um Programa de Pesquisa para Agricultura Familiar, encerrado neste mesmo mandato; a segunda, já no Governo Lula, na efervescência do debate que reincorpora a agricultura familiar à programação de pesquisa por meio da instituição de um Macroprograma. Finalmente apresentamos algumas observações transitórias.

## **1. Pesquisa para agricultura familiar: uma espera de 177 anos para definição de uma prioridade**

Desde que foi institucionalizada, a serviço do Estado monárquico, em 1808, com a criação do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, passando pelo Estado oligárquico, 1889 a 1930 - que priorizava as realizações científicas para favorecimento da aristocracia cafeeira e interesses do capital agroexportador - a ciência agrícola brasileira, demarcada por diversas clivagens<sup>3</sup>, somente a partir de 1985 definiu para o pequeno produtor uma prioridade no discurso institucional.

A rigor, a ciência e tecnologia agrícolas só passaram a ser um objetivo explícito da política econômica brasileira, sob a vigência da ditadura militar, em 1964, sob a diretiva de modernização da agricultura, processo impulsionado, em 1972, pela criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) coordenadora do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária SNPA<sup>4</sup>.

Excludente e concentradora, a modernização da agricultura brasileira resultou em aumento de

---

<sup>3</sup> A partir de 1930, delinear-se os contornos de um novo aparelho estatal, que sustentado pela aliança da burguesia industrial e mercantil marcou um vigoroso processo de industrialização, tendo a agricultura cumprido diversos papéis: abastecimento interno, exportação e fonte de divisas, liberação de força de trabalho, etc. Com o golpe militar de 1964 o Estado autoritário estimulou a modernização da agricultura, integrando-a à racionalidade do processo de acumulação capitalista. A partir do processo de democratização em 1985, o pequeno produtor é, no discurso institucional, definido como prioridade.

<sup>4</sup> É importante reter que a ação mediadora do Estado para modernizar as unidades de produção familiar, a partir da coordenação da Embrapa, assumiu três fases distintas, e que correspondem a três diferentes concepções: de 1974-1979, postulava a "inovação induzida" transformaria os produtores tradicionais em produtores modernos. Registra-se, nessa fase, um programa de promoção da agricultura de baixa renda para o Nordeste, cuja responsabilidade de execução, junto às propriedades agrícolas, é do sistema Embrater. À Pesquisa (representada pela Embrapa) competia tão somente gerar de tecnologia e reunir-se com os técnicos da extensão para consolidação dos pacotes tecnológicos.

concentração da renda e da terra, agravando, em consequência, as disparidades sociais e regionais, evento que motivou e justificou o Estado a recorrer aos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI).

A Embrapa integrou-se à malha de instituições governamentais componentes dos PDRI. No Nordeste, esses programas, além de regerem critérios de prioridades<sup>5</sup>, tornaram-se uma fonte de recurso adicional para as entidades governamentais. Implantado em 1985, na vigência da Nova República, o Projeto Nordeste/PAPP priorizava uma via de desenvolvimento regional que privilegiava o pequeno produtor e o desenvolvimento comunitário, com ênfase nas ações relacionadas ao aumento da produção e da produtividade agrícola, dando grande relevo ao papel do SNPA.

Muito embora, a Embrapa, em 1979, tenha redefinido sua programação de pesquisa com objetivos de retração das disparidades sociais e regionais, somente em 1985 definiu em seu discurso prioridade para o pequeno produtor, fundamentada na necessidade de minorar a pobreza das unidades de produção familiar, num caráter assistencialista, forjado por idéias de, atraso, fragilidade e determinante para que o pensamento tecburocrático nomeie essa categoria social como “pequeno produtor”, “produção de baixa-renda”, “subsistência” etc.

## **2. Nos anos de 1990 a Agricultura familiar ganha reconhecimento como categoria social e de ação política**

A partir de 1990, o reconhecimento do esgotamento dos recursos naturais impulsionou o debate sobre o “Desenvolvimento Sustentável”, rebatendo-se nas instituições públicas numa procura por novos referentes institucionais. No início do Governo Collor, a extinção ou privatização das Empresas Públicas tornou-se um dos instrumentos de reforma do Estado. Instituições foram ceifadas, a começar pela extinção da Embrater<sup>6</sup>. Neves (2007), em primorosa análise sobre a construção sociopolítica da Agricultura Familiar, enxerga uma simbiose entre uma crise no exercício institucional da assistência técnica (ATER) e o reconhecimento desse amplo segmento em programas governamentais sob a qualificação de agricultor familiar. Observa a autora que, os textos que fundamentam as concepções da assistência técnica postulam uma inovadora associação, embora invertida na ordem de antecedência: “só será possível o processo de desenvolvimento

---

<sup>5</sup>O PAPP estabeleceu uma lista de prioridades de pesquisas passíveis de adoção por parte do pequeno produtor. Estas prioridades levavam em conta as limitações de ordem climática, como por exemplo a escassez de chuva na região Nordeste, e as limitações desta categoria de produtores em termos de recursos produtivos.

<sup>6</sup>A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater – foi extinta logo no início do Governo Collor, em 1990.

social e econômico pela valorização do agricultor familiar, se este puder contar com o apoio sistemático da assistência técnica”<sup>7</sup>.

É bem verdade que a crise da ATER mostrou-se mais severa. Entretanto, o intervencionismo estatal ampliou-se exigindo das demais instituições governamentais novas diretrizes para o desenvolvimento sustentável. Assessorado pela FAO e apoiado pelo Banco Mundial, nasce, em 1994, o PRONAF<sup>8</sup>. Fundado em vantagens da lógica familiar, por produzirem em sistemas diversificados e empregadores de mão-de-obra, a agricultura familiar tornou-se essencial e estratégica no novo padrão de desenvolvimento econômico. Sua primazia fundava-se na possibilidade de rebater os dois grandes elementos da crise: a questão ambiental e o desemprego.

Como instrumento de política do PRONAF, a pesquisa agropecuária redefiniu sua programação, concebendo o Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar. Figurando pela primeira vez no Plano Operativo da Empresa com projetos que disputavam recursos do Tesouro, o Programa logo apontou fragilidades. Mostrado por Vasconcelos (1997: 162-164) o orçamento da Empresa para distribuição entre os programas de pesquisa, no período compreendido entre 1994 e 1997, registrou uma queda na participação do valor orçado para o Programa de Agricultura Familiar, pois os recursos que representavam 5,34% do orçamento total dos programas, em 1994, passaram a representar 3,77%, em 1997. Mesmo em termos absolutos, o programa da agricultura familiar que tinha uma dotação orçamentária da ordem de R\$ 1.582.000,00, em 1994, decresceu para R\$ 1.500.000,00 em 1997, significando uma redução de 5,18%.

Foi breve o período de duração do Programa de Pesquisa para Agricultura Familiar. Sua permanência coincidiu com o tempo de gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso - o Governo FHC<sup>9</sup>.

A doutrina nos mandatos de FHC (1994 – 2002) “seguiu os moldes de gerenciamento público” (ABU-EL-RAJ, 2005, p.33). Alinhada ao aspecto doutrinário, o SEG<sup>10</sup> introduziu alterações no planejamento da pesquisa com o propósito de executar o ciclo completo da gestão dos projetos - planejamento, execução, acompanhamento, avaliação, realimentação e cronograma de liberação de recursos financeiros para dotar a Empresa de maior transparência e flexibilidade organizacional.

Presidida por nova Agenda as metas institucionais foram acomodadas em 05 macroprogramas

---

<sup>7</sup> Ver: NEVES (2007, p.2).

<sup>8</sup> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

<sup>9</sup> Na “era FHC” a delimitação de prioridades das instituições governamentais se guiava por três metas básicas: “definir com exatidão o público alvo, garantir a autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros para atingir os objetivos contratados, e cobrar resultados estabelecidos num contrato de gestão” (ABU-EL-RAJ, 2005, p.50).

<sup>10</sup> Sistema Embrapa de Gestão

(MP): □ MP1 para gerenciar projetos de base científica elevada, voltado para os grandes desafios nacionais; MP2 para gerenciar projetos de pesquisa de natureza temática ou interdisciplinar; □ MP3 apoio ao desenvolvimento, a transferência, a validação de tecnologias, protótipos e unidades demonstrativas; MP4 transferência de tecnologia e comunicação empresarial; e, MP5 melhoria dos processos de gestão da informação.

No final do Governo FHC, a agricultura familiar perdeu a sua centralidade no SNPA. As suas demandas mal identificadas e, em sua maioria, além ou aquém das questões tecnológicas, teriam que estar diluídas nos objetivos dos macroprogramas.

### **3. O lugar da agricultura familiar no governo Lula**

Em 2002, antes da posse do Governo Lula, o SINPAF<sup>11</sup> encaminhou ofício ao presidente eleito, informando ter constituído um fórum por pesquisadores, ex-dirigentes da pesquisa, sindicalistas e militantes da coligação “Lula Presidente” para apresentação de pontos que entendiam serem essenciais aos postulados do PT<sup>12</sup> no Programa Vida Digna no Campo<sup>13</sup>.

Centrado em quatro eixos, o Fórum requisitava nova matriz tecnológica: 1º sustentabilidade da Agricultura Familiar, da Reforma Agrária e Segurança Alimentar; 2º foco na agroecologia; 3º direito dos povos indígenas e produtores rurais no acesso ao recursos genéticos; 4º na restrição à comercialização dos transgênicos, sem negligência da investigação científica.

As prematuras exigências do SINPAF renunciavam o campo de disputa marcado por diferentes linhas de pensamento, de filiação partidária, etc. A diretoria que o Governo Lula empossou - composta por Clayton Campanhola ligado ao José Graziano, ministro de Segurança Alimentar - responsável por sua indicação - a nomeação de Hebert Cavalcanti, ex-presidente do SINPAF e de Gustavo Chianca, indicado pela ministra da Assistência Social, Benedita da Silva - não foi tão bem acolhida

Em seu início, fevereiro de 2007, por meio da Resolução Normativa Nº 2, o Diretor-Presidente ajustou as prioridades de pesquisa. Ordenando-as em escala decrescente, resolveu: (1) Definir,

---

<sup>11</sup> Sindicato dos Trabalhadores das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário.

<sup>12</sup> Partido dos Trabalhadores.

<sup>13</sup> O programa VIDA DIGNA NO CAMPO foi fruto de um longo acúmulo de idéias dos partidos da Coligação Lula Presidente e produto de um amplo diálogo com todos os segmentos partidários e sociais envolvidos na temática rural, define o papel essencial do Desenvolvimento Rural, da Política Agrícola e Agrária e da Segurança Alimentar que designava o papel essencial da Reforma Agrária no momento da retomada do crescimento no Programa de Governo.

como primeira vertente prioritária da Embrapa, atividades de pesquisa e desenvolvimento direcionadas aos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pequenos empreendedores rurais; (2) Fortalecer, como segunda vertente prioritária, atividades de pesquisa e desenvolvimento voltadas para as cadeias do agronegócio; (3) Ampliar, como terceira vertente prioritária, atividades de pesquisa inovadoras em temas estratégicos.

A reorientação na ordem de prioridades da pesquisa agropecuária, associada ao preconceito da comunidade científica de ser conduzida por lideranças sindicais e militantes petistas acirrou um campo de disputa. O embate que se travava na Empresa, com frequência, ocupou espaço nos jornais do País<sup>14</sup>. A jornalista Lisandra Paraguassú, em matéria intitulada "Política contamina pesquisas na Embrapa" afirmava que desde o início do governo Lula as queixas de pesquisadores e técnicos sobre interferências em nomeações, mudanças de orientação na pesquisa e o poder excessivo do sindicato estão se avolumando, prejudicando o maior patrimônio da empresa: sua produção.

Um nota, de 25 de janeiro de 2005, intitulada "Fim do Pesadelo"<sup>15</sup> para referir-se à demissão do presidente da Embrapa, muito bem retrata o conteúdo do debate que se travou na imprensa:

[...]parece finalmente ter chegado ao fim o cerceamento ideológico do trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. O processo começou no início do governo Lula, quando o presidente da Embrapa por ele nomeado, Clayton Campanhola, já em seu discurso de posse anunciou que passaria a dar ênfase à agricultura familiar, em detrimento do agronegócio — uma estranha atribuição de prioridades para uma instituição devotada ao trabalho científico. (AGÊNCIA CT, 25.01.2005).

Essa disputa, contudo, não parecia fazer muito sentido, pois, de fato, o prescrito na resolução normativa de fevereiro de 2003, não se manteve sequer na gestão do presidente Campanhola. Quando aumentaram as pressões externas e do campo dos profissionais da pesquisa a ordenação de prioridades foi se modificando não só nos discursos e entrevistas.

Nos documentos, essa inversão é notória. No IV Plano Diretor da Embrapa (2004 – 2007) – carta de intenção da Empresa - a agricultura familiar sequer figura na missão da Empresa de “Viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do espaço rural, com foco no agronegócio, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício dos diversos

---

<sup>14</sup>Matéria veiculada no jornal O Globo, em 14 de abril de 2003, logo no início da gestão, de Campanhola,

<sup>15</sup> Fonte: <http://agenciact.mct.gov.br/index.php/content/view/23173.html>. acesso em 29/03/2007.

segmentos da sociedade brasileira” (EMBRAPA, 2004, 21).

Os recursos alocados na Embrapa para projetos estruturantes em apoio aos programas sociais do Governo Lula, especialmente o Fome Zero motivou grande descontentamento junto a uma significativa parcela da comunidade científica, posto que em sua visão, o agronegócio - que era responsável por safras recordes e pela maior parcela dos superávits da balança comercial – havia sido posto de lado.

Como se verá o agronegócio não foi escamoteado. De fato, verificou-se uma crescente redução no orçamento para pesquisa agropecuária. Rebatendo tais críticas, Selma Beltrão, presidente do SINPAF, lembrava que a redução dos recursos da Empresa não era algo novo. Calculada em dólar, constatar-se-ia que o orçamento para a ciência agrícola caiu quase 50%, passando dos US\$ 500 milhões, em 1997, para US\$ 230 milhões em 2003, resultando numa diminuição no número de funcionários e pesquisadores.

No conjunto, as unidades de produção familiar brasileiras se beneficiaram de uma maior parcela de recursos da pesquisa agropecuária. Credite-se, entretanto, aos programas sociais do Governo. O presidente da Embrapa, quando demitido no início de 2005, afirmava ter se preocupado com a inclusão da agricultura familiar, mas não em detrimento da agricultura comercial. Em desabafo<sup>16</sup>disse: “Investimos menos de 5% do nosso orçamento em pesquisas de agricultura familiar. Nunca abrimos mão da pesquisa no agronegócio”.

Aliás, não fossem as pressões de uma minoria de pesquisadores aliados das unidades de produção familiar, possivelmente não teria surgido um Macroprograma para Agricultura Familiar. Esses aliados, desde a extinção do Programa de nº 9<sup>17</sup> se ressentiam de um esvaziamento em seu espaço institucional. Estimulados pela definição de prioridade para Agricultura Familiar no novo Governo, informalmente começaram a reivindicar a concretização desse espaço. Em julho de 2003, no Encontro de pesquisadores da área de sócio-economia da Embrapa<sup>18</sup>, se rascunhou o termo de referência para criação do Macroprograma (MP6) que viria a ser instituído no final de 2004, como “aperfeiçoamento do SEG tendo “por objetivo dar suporte a iniciativas de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e de comunidades tradicionais...” (CAMPANHOLA, 2004, p.37).

Qualquer análise que se queira empreender sobre a eficácia desse programa seria por demais

---

<sup>16</sup> Em depoimento dado para Folha de São Paulo, em 25 de janeiro de 2005

<sup>17</sup> Número 9 a denominação do Programa de Pesquisa para os Sistemas de Produção da Agricultura Familiar, que tinha no semi-árido do Nordeste a sua coordenação.

<sup>18</sup> O Encontro realizou-se durante o XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), em Juiz de Fora, quando esse grupo específico, destacou-se do grupo maior e reunindo-se para colocar na pauta da nova diretoria, a instituição de um Macroprograma que apoiasse e gerenciasse projetos de pesquisa para agricultura familiar, focados na participação, em abordagens sistêmicas e na perspectiva do desenvolvimento territorial.



prematura, dado que o mesmo tem pouco mais de três anos de criação e não mais que dois anos e meio de efetivo funcionamento. Entretanto, as resistências, as prioridades na alocação de recursos humanos e financeiros, os instrumentos de gerenciamento institucionais que, em última instância, indicam a persistência de uma visão de mundo que acredita na universalidade dos produtos resultantes do fazer científico, se de um lado não se constituem elementos para assegurar uma perspectiva sombria, de outro não nos fornece pistas que assegurem uma perspectiva otimista de que o MP6, pelo menos, sobreviva a novas injunções governamentais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há quase quinze anos vivencio e reflito sobre essa temática. Construí algumas poucas narrativas. Todas evidenciam dificuldades. É notória a persistência de um equívoco de ordem teórico-metodológica que os articuladores e executores de projetos não conseguem ultrapassar: a crença na superioridade de seus saberes; o pressuposto de que as soluções preconizadas pela tecnoburocracia podem ser incorporadas aos sistemas de produção da agricultura familiar, sem que sejam levados em conta os objetivos, aspirações e as formas de inserção desses sujeitos em seus sistemas sociais.

Não seria sem sentido reforçar nossa argumentação destacando, dentre tantas outras, contribuições das ciências sociais sobre esta temática. Um estudo que analisa a participação dos setores público e privado na geração de tecnologia agrícola (Castro, 1990) mostra que o avanço do conhecimento gerado com a criação da Embrapa não necessariamente resultou incorporado aos seus elementos fundantes: os pacotes tecnológicos ou sistemas de produção para imediata utilização pelos produtores. Na verdade, diz a autora, o “pacote efetivamente difundido foi mais o resultado da atuação das grandes empresas produtoras de insumos e máquinas, e que estava disponível no mercado, do que o resultado de recomendações da pesquisa institucional”.

O mesmo trabalho constata que a Embrapa - ao enxergar que o modelo que concebia a geração como atribuição da pesquisa e a difusão como atribuição do sistema de extensão não resultou na incorporação do tácito - desenvolveu mecanismos próprios de transferência de tecnologia mas que resultou em benefício apenas dos grandes e médios produtores, deixando um débito com os pequenos produtores.

Relembramos esta análise de Castro por achar importante mencionar que, de certa forma, a **inteligentsia** da Empresa reconhece o legado deste débito para com a pequena produção, em última instância, para com as unidades familiares de produção. Em um apanhado geral, pode-se dizer que, de fato, de 1990 até os dias de hoje, um evento – elaboração do Plano Diretor da

Empresa (PDE)<sup>19</sup> que reúne esta **inteligentsia**, a cada quatro anos, para revisar os objetivos e metas estabelecidas e renová-las alinhadas aos desafios nacionais - o reconhecimento de um débito com a agricultura familiar aparece com veemência.

Claro que este reconhecimento não se dá entre consensos. Poder-se-ia dizer que a polêmica é seu traço mais forte e que neste debate a distribuição de indulgências por tal débito sempre encontra amparo na própria missão da empresa que é de gerar o conhecimento e não de transferir. Contudo, uma aproximação de consenso que se verificou em uma das reuniões para elaboração do V PDE e, que pode apontar para compreensão da heterogeneidade e complexidade dos sistemas de produção da agricultura por parte desta **inteligentsia**, merece ser destacada como um avanço importante:

[...]de um lado, as evidências deixam claro o reconhecimento do débito que se tem para com a agricultura familiar, de outro lado, outras evidências mostram que não sabemos o caminho para chegar lá, na diversidade destes sistemas de produção” (Work Shop PDU. *Fortaleza*, 14/07/2008)

Resumindo estas considerações, reafirma-se nossa tendência de acreditar que para que as prioridades de pesquisa para Agricultura Familiar não leve o título de mais um ‘discurso ilusório’ – para recorrer a um termo utilizado por Ciro Mascarenhas Rodrigues - é fundamental que se promovam substanciais mudanças na cultura organizacional da Empresa.

---

<sup>19</sup> A empresa está em fase de conclusão de seu V Plano Diretor – V PDE – reunindo a sua *inteligentsia* para, inclusive, dialogar com os diversos segmentos da sociedade civil.

## Referências bibliográficas

- ABU-EL-HAJ, Jawdat. Da "Era Vargas" à FHC: transições políticas e reformas administrativas. *in* Revista de Ciências Sociais, 1995, v. 36, números 1/2. 2005. p-33-51.
- BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.
- CAMPANHOLA, Clayton. Novos significados e desafios. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 51p.
- CASTRO, Ana Célia. *Os setores públicos e privado na geração de tecnologia agrícola*. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 1990. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. "Ciência e tecnologia para a agricultura: uma análise dos Planos de Desenvolvimento". *In Caderno de Difusão de Tecnologia*. , Brasília, 1(3): 309-344, set./dez, 1984.
- EMBRAPA (Brasília, DF). Programa Nacional de Pesquisa Agropecuária. PRONAPA. Brasília, 1990. EMBRAPA. Secretaria de Administração Estratégica. (Brasília, DF). *Plano Diretor da EMBRAPA*. Brasília, 1992. 64p.
- EMBRAPA. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA. (Brasília, DF). *Plano Diretor da EMBRAPA*. Brasília, 1994.51p.
- EMBRAPA-CPATSA.(Petrolina,PE) *Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar*. Petrolina, 1995.
- EMBRAPA. Secretaria de Administração e Estratégia. IV Plano Diretor da Embrapa: 2004-2007. Embrapa. – Brasília, DF, 2004. 48 p.
- IANNI, Otávio. *A idéia do Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- INCRA. *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável: resumo do relatório final do Projeto UTF/BRA/036*. Brasília, 1995. (segunda versão).
- NEVES, Delma P. Construção sociopolítica do agricultor familiar: a SBSP em cena. *In: VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*. 2007, Fortaleza. SBSP, Fortaleza, 2007. (CD).
- VASCONCELOS, H. E. M. Produção familiar no Nordeste: definições e redefinições nas propostas do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária – SNPA. Rio de Janeiro: UFRRJ. 1997. Dissertação de Mestrado.